

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

em posições de não cooperação. Mas está-se ainda longe da proibição destas jurisdições ou mesmo da taxação exemplar dos capitais que para elas se dirijam ou nelas tenham origem. Só assim é possível resolver uma das maiores contradições das políticas de austeridade: milhões e milhões de cidadãos suportam cargas fiscais adicionais enquanto se mantêm incólumes ou isentas de pagamento as fortunas que nunca pagam.

Marisa Matias

Parcerias público-privadas

As parcerias público-privadas (PPP), tributárias de uma ideia de cooperação e divisão de riscos entre o setor público e o setor privado no investimento e prestação de serviços públicos, surgem, na viragem neoliberal da década de 1970, de forma algo nebulosa, num contexto de crise económica e de contração de um Estado crescentemente conotado com ineficiência e despesismo. A introdução do parceiro privado “racional” na prestação de um serviço público suprimiria os vícios do parceiro público mau gestor e burocrata, diminuindo o nível de endividamento público e otimizando o sistema de gestão.

Foi em 1992, no Reino Unido, com o governo de John Major, que se lançou o primeiro programa sistemático de incentivo às parcerias público-privadas – a *private finance initiative*. Portugal recebeu com entusiasmo esta nova forma de olhar para os serviços públicos, recorrendo sistematicamente ao setor privado para o seu financiamento. Primeiro, por via das concessões rodoviárias; depois, alargando a setores parcamente utilizados noutros países, como a saúde, a justiça e a água.

De solução para a ineficiência do Estado, as PPP passaram rapidamente a agentes provocadores da sua própria crise, restringindo o campo de decisão política e onerando o interesse público. O recurso às PPP foi acompanhado da redução dos quadros do Estado nas áreas de intervenção do setor privado, provocando um esvaziamento da competência técnica do setor público. A longo prazo, as PPP colocam o Estado na dependência crescente dos parceiros privados, vendo-se impedido de avaliar convenientemente parcerias futuras. Por outro lado, surgem notícias que colocam em causa a génese das PPP (a divisão de riscos entre o setor público e o setor privado), multiplicando-se exemplos em que a repartição de vantagens e riscos entre público e privado é profundamente desigual e em que o pretendido

aumento de eficiência dá lugar a um aprofundamento do endividamento público e concomitante depreciação qualitativa do serviço público.

Paula Fernando

Património

Património é um termo transversal e polissémico, convertido, em finais do século XX, em lugar-comum dos discursos científicos, técnicos, políticos e jornalísticos. No plano ideológico, a trajetória do termo revela significados duais e ambivalentes. De uma conceção inicial ligada às ideologias conservadoras, apostadas em fabricar hegemonicamente os símbolos de uma nação, o termo património vai ganhando a simpatia gradual dos ideais progressistas, à medida que se liberta da esfera estatal centralizada e invade as agendas comunitárias e locais, servindo propósitos de afirmação de identidades e interesses particulares.

A principal característica do património assenta na ideia de intergeracionalidade, a que se associa o desiderato de transmissão. Este ideal estende-se hoje das políticas supraestatais – como as que são conduzidas por agências como a UNESCO, entre outras –, que pretendem configurar uma identidade humanitária global, às dinâmicas familiares e individuais, cuja ambição é legar bens económicos e simbólicos no contexto de interações sociais primárias.

Quer numa, quer noutra dimensão, o património tem sido encarado com perspetivas otimistas, social e economicamente valorizadas, o que lhe confere uma legitimidade que é atestada pelo consenso que a sua verbalização parece gerar. Todavia, num momento de agravamento de crises várias, o termo património suscita crescentemente a preocupação de que as heranças que estão a ser deixadas às gerações futuras possam ser fardos insuportáveis. O legado de uma sociedade em crise traduz-se, não apenas na transmissão de bens pelos pais e pelos antepassados, mas também, e cada vez mais, numa fatura ambiental pesada para a humanidade, numa dívida pública tornada intolerável pelo peso de juros que esmagam um número crescente de países e pelas precárias condições das famílias que se veem crescentemente incapacitadas de deixar às gerações futuras uma situação melhor do que aquela que encontraram. Metalinguagem da ligação entre o passado e o futuro, o património parece transmitir, numa sociedade em crise, ao contrário dos seus desígnios, uma inusitada descrença no futuro.

Paulo Peixoto